



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

UNIDADE JUDICIAL	4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém
MODALIDADE DA CORREIÇÃO	Presencial
EDITAL	12/2022-CGJ - publicado no DJE de 27/05/2022
PERÍODO	08 e 09/08/2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Juiz de Direito/Período de exercício na Unidade:

O Exmo. Sr. Dr. Claudio Hernandez Silva Lima é o magistrado titular da Unidade desde 13/05/2021.

1.2. Competência (citar ato normativo):

Criminal - Crimes dolosos contra a vida

Observação CGJ: Competência estabelecida pela Resolução n. 21 de 30/06/2016.

1.3. Endereço/telefone/e-mail:

Fórum Criminal: Rua Dona Tomázia Perdigão, 260 - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-280 - Tel.: 3205-2810 / 91 99902-1947 (whatsapp)

1.4. A Unidade se encontra com lotação paradigma de servidores? (Resolução n. 219/2016-CNJ, alterada pelas Resoluções n. 243/2016-CNJ e n. 282/2019-CNJ)

Sim.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
TIP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e Segundo Grau
2º Semestre - 2021

Grau	Tipo	Unidade	UF	Município (IBGE)	IP - Lotação Paradigma	EFETIVOS LR_Efet	INGRESSARAM LR_I	SERVIDORES SEM VÍNCULO APENAS COM CARGO EM COMISSÃO LR_SV	QUANTIDADE DE SERVIDORES EM FÓRUM DE 2021								TOTAL DE EFETIVOS EM CARGO DE COMISSÃO	EFETIVOS COM FUNÇÃO DE CONFIANÇA		TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA	
									CIS1	CIS2	CIS3	CIS4	CIS5	CIS6	CIS7	CIS8		FG1	FG2		
Primeiro	Vara	13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	PA	1501402	*	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Primeiro	Vara	14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	PA	1501402	*	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Primeiro	Vara	15ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	PA	1501402	*	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Primeiro	Vara	VARA DE CARTA PRECATÓRIA CÍVEL DA CAPITAL	PA	1501402	5	4	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Vara	1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	PA	1501402	4	4	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Vara	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	PA	1501402	4	5	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Vara	3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	PA	1501402	4	5	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Vara	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	PA	1501402	6	6	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Vara	1ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	PA	1501402	7	7	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2. QUADRO FUNCIONAL E ESTRUTURA DA SECRETARIA/UPJ:

2.1 – Servidores da Secretaria/UPJ:

SERVIDORES DA SECRETARIA/UPJ			
	Nome do servidor	Tipo de vínculo (efetivo, exclusivamente comissionado, cedido, terceirizado, estagiário)	Cargo/Função
01.	Denis Marcelo Vilhena Rabelo	Efetivo	Diretor de Secretaria
02.	Maria Natalice Felipe Monteiro	Efetiva	Auxiliar Judiciário
03.	Deuzadete Ferreira da Silva	Efetiva	Analista Judiciário
04.	Antonio Paulo Costa de Castro	Efetivo	Analista Judiciário
05	Vanessa Queiroz de Moraes Barbosa	Efetiva	Auxiliar Judiciário
06	Adriana Paula Barros Puga Fagundes Gomes Dantas	Estagiária	

2.2. Resumo do quantitativo de servidores da Secretaria/UPJ:

Servidores efetivos	Servidores exclusivamente comissionados	Servidores cedidos	Servidores terceirizados	Estagiários
05	00	00	00	01

2.3. Estrutura da Secretaria/UPJ:

(descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

01 – Necessidade de cadeiras para atendimento;

02 – Necessidade de impressoras multifuncionais.

Observação CGJ: A Secretaria necessita de 03 (três) cadeiras tipo longarina para a sala de atendimento. A Unidade possui 05 (cinco) impressoras, além de 01 (uma) multifuncional, contudo, os servidores informam que as impressoras não funcionam a contento, sempre apresentando problemas técnicos e necessidade de reparos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2.4. Existem servidores lotados na Secretaria/UPJ em regime de teletrabalho? Caso positivo, como é feito controle de produtividade? (anexar o Plano de Trabalho - Portaria n.2897/2019-GP, alterada pelas Portarias n. 3147/2019-GP, n. 444/2020-GP e n. 1770/2020-GP).

Sim. O controle de produtividade é realizado mensalmente por meio de relatórios de produtividade encaminhados à Presidência do TJE e acompanhamento pelo relatório do Painel de Gestão do TJE/PA. Plano de Trabalho anexo.

Observação CGJ: A servidora em teletrabalho é Maria Natalice Felipe Monteiro.

3. QUADRO FUNCIONAL E ESTRUTURA DO GABINETE:

3.1 – Servidores do Gabinete:

SERVIDORES DO GABINETE			
	Nome do servidor	Tipo de vínculo (efetivo, exclusivamente comissionado, cedido, terceirizado, estagiário)	Cargo/Função
01.	Claudete Alves da Cunha Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciário
02.	Thais Souza Barroso	Exclusivamente comissionada	Assessora
03.	Eduarda dos Santos Moreira	Estagiária	

3.2. Resumo do quantitativo de servidores do Gabinete:

Servidores efetivos	Servidores exclusivamente comissionados	Servidores cedidos	Servidores terceirizados	Estagiários
01	01	00	00	01

3.3. Estrutura do Gabinete:

(descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Queixa somente em relação a um ar-condicionado que não funciona.

3.4. Existem servidores lotados no Gabinete em regime de teletrabalho? Caso positivo, como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

é feito controle de produtividade? *(anexar o Plano de Trabalho - Portaria n.2897/2019-GP, alterada pelas Portarias n. 3147/2019-GP, n. 444/2020-GP e n. 1770/2020-GP).*

Não.

4. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA:

4.1. Há Promotores de Justiça atuando na Unidade? Identificar.

Não há promotor titular.

Respondendo: Dr. SAMIR THADEU MORAES DAHAS JORGE ou Dr. REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES.

4.2. Há Defensores Públicos atuando na Unidade? Identificar.

Sim. Dr. Alex Mota Noronha

5. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA/UPJ:

- Dos processos envolvendo réus presos provisórios:

5.1. Está sendo efetuado/verificado nos sistemas o registro de todas as informações dos réus presos provisórios? *(nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço)*

Sim

Observação CGJ: Na análise realizada por amostragem, verificou-se na aba “*detalhes da parte*”, que a Unidade realiza o cadastramento das informações dos réus presos provisórios, tanto documental quanto último endereço.

5.2. Como são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há réu preso provisório? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

Há planilha excel que serve para controle (anexo).

Observação CGJ: Na data da correição a Unidade possuía 47 (quarenta e sete) presos provisórios. Foi encaminhada a relação de presos em planilha que será anexada a este relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.3. A Unidade realiza o registro dos dados de prisão e soltura dos réus no sistema PJE? De que forma é realizado o controle dessas informações?

Por meio de inserção da etiqueta “Réu Preso” e seleção da prioridade “Réu Preso”

Observação CGJ: Na verificação por amostragem (processos n. 0012825-77.2017.8.14.0401 e n. 0805679-10.2021.8.14.0401), não foi localizado registro da data de prisão dos réus em fácil visualização. A Unidade foi orientada a realizar anotação das datas de prisão e soltura na aba de “lembretes” do PJE.

5.4. Há processos envolvendo réus presos provisórios sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias? Há processos envolvendo presos provisórios tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? Em caso positivo, relacioná-los.

Não

Observação CGJ: Embora a resposta da Unidade ao questionamento tenha sido negativa, verificou-se na listagem de processos envolvendo réus presos provisórios que há feitos tramitando há mais de 180 (cento) e oitenta dias, a exemplo dos processos n. 0002219-76.2015.8.140201, 0817031-62.2021.8.14.0401, 0810674-66.2021.8.14.0401, 0801706-47.2021.8.14.0401, 0801063-80.2021.8.14.0501, 0009829-04.2020.8.14.0401, 0010018-16.2019.8.14.0401, 0014542-61.2016.8.14.0401 e 0014542-61.2016.8.14.0401, dentre outros, contudo, todos se encontram com Sessões de Júri designadas e outros em fase de instrução.

5.5. Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema Libra (processos que ainda tramitam em meio físico), PJE (processos eletrônicos) e no BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão)?

No PJE e BNMP

5.6. A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do BNMP para evitar inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura dos réus? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

(Corregedoria: verificar dados Depurômetro)

Em anos anteriores não, mas neste ano está sendo verificado e sanadas as pendências conforme



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

deapuração.

Observação CGJ: Segundo os dados constantes do *Depurômetro*, ainda há **149** mandados pendentes de depuração pela Unidade.

MONITORAMENTO DA DEPURAÇÃO DO BNMP "DEPURÔMETRO"

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Voltar Unidade do processo
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

Unidade do processo	Unidade cadastradora	Número de mandados inicial	Número de mandados depurados	Número de mandados não depurados
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	496	408	88
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	1ª VARA DE INQUÉRITOS POLÍCIAIS DE BELÉM	61	31	30
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	12ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	1ª VARA CRIMINAL DISTRIITAL DE ICOARACI	2	1	1
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	4ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	6ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	8ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	1	1	
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	2ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL	3		3
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	3ª VARA CRIMINAL DISTRIITAL DE ICOARACI	20		20
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	7ª VARA CRIMINAL DE BELÉM	1		1
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	VARA CIVEL E CRIMINAL DISTRIITAL DE MOSQUEIRO	3		3
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	VARA DE EXECUCAO PENAL DA REGIAO METROPOLITANA DE BELÉM	2		2
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM	VARA UNICA DE CURIONOPOLIS	1		1
Total		596	447	149

MONITORAMENTO DA DEPURAÇÃO DO BNMP "DEPURÔMETRO"

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Última atualização: 07/08/2022 12:54:59

Atenção! Atendendo demandas das Unidades Judiciárias, o "depurômetro" passou por aperfeiçoamento! Antes, a depuração era realizada pela Unidade Judiciária cadastradora do mandado. Agora, a depuração será realizada pela Unidade Judiciária competente para processar e julgar a ação/procedimento ao qual o mandado de prisão cadastrado está vinculado. Também foi incluída na planilha a informação dos processos que se encontram arquivados definitivamente para auxiliar na depuração.

CLIQUE AQUI PARA INSERIR DADOS DE DEPURAÇÃO **O** ORIENTAÇÕES

Número de mandados de prisão

Unidade do processo
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

Percentual de mandados não depurados

25,00% 0% 100%

149 MANDADOS DE PRISÃO
447 MANDADOS DEPURADOS

Lista de mandados de prisão não depurados

Nº DO PROCESSO	Nº DO MANDADO	NOME	ESPÉCIE DA PRISÃO	UNIDADE JUDICIÁRIA
00011398820178140401	0001139882017814040101000120	EDIBERTO DA SILVA LALOR JUNIOR	Temporária	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM
00011398820178140401	0001139882017814040101000324	ANDRE CUNHA DA CONCEIÇÃO	Temporária	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM
00011398820178140401	0001139882017814040101000426	THIAGO SANTOS MENDES	Temporária	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM
00031346820198140401	0003134682019814040101000211	MATEUS BARROSA DA COSTA	Temporária	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM
00031346820198140401	0003134682019814040101000415	GABRIEL FREITAS RAMOS	Temporária	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM
0010625920198140401	001062592019814040101000115	WELHINGTON ALEIXO MIRANDA	Temporária	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

5.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(a) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais – CNIPE?

Prejudicado

5.8. De que forma a Unidade encaminha as guias de execução provisória/definitiva para a Vara de Execução Penal competente? É observado o que recomendam os ofícios circulares n. 80/2021-CGJ e n. 13/2022-CGJ,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ambos da Corregedoria-Geral de Justiça, quanto à remessa das guias?

Por meio de Malote Digital

- Dos procedimentos ordinários da Secretaria/UPJ:

5.9. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente conforme previsto no Provimento 12/2008-CJRMB ou os determinados pelo(a) Magistrado(a) no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)? *(Provimento n.12/2008-CJRMB – disciplina a ordem de primazia dos feitos que receberão atos de competência dos Juízes de Direito – despacho, decisões e sentenças).*

Sim

5.10. Na Unidade ainda há tramitação de processos em meio físico? Caso positivo, qual a porcentagem de feitos físicos pendentes de digitalização e migração para o sistema PJE? Há plano de trabalho em andamento para conclusão da digitalização/migração do acervo?

Não

5.11. Há processos em Secretaria aguardando remessa ao 2º grau? Há processo envolvendo réus presos nesta situação?

Apenas 01 (um) processo, mas não envolve processo de réu preso.

Observação CGJ: O processo mencionado é o de n. 0001001-08.2018.8.14.0201, no qual, em 08/08/2022, após apresentação de razões e contrarrazões ao recurso foi proferida decisão determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça.

5.12. Antes da migração do processo físico para o PJE são atualizados os dados cadastrais das partes e advogados? Nos processos migrados do Sistema Libra é verificada a identificação de classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada do CNJ?

Sim

5.13. Quando os processos migrados são recebidos em Secretaria/UPJ, antes do encaminhamento para a primeira análise pelo(a) Magistrado(a), são devidamente organizados e passam pelo procedimento de etiquetagem?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim

5.14. Qual a metodologia de trabalho empregada na Secretaria/UPJ (por setor, por tarefa, etc)? É utilizado método de triagem? Há fluxo de trabalho pré-estabelecido até o retorno do Gabinete?

A divisão é realizada por tarefas

Observação CGJ: A distribuição das atividades é feita através de etiquetas e que os servidores executam tarefas em rodízio para que todos executem atividades diversas.

5.15. Como são divididas as tarefas dentre os servidores que atuam na Secretaria/UPJ? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.

As tarefas são divididas por etiquetas no PJE. Os servidores em geral fazem todas as tarefas.

5.16. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para as quais foram designados na Secretaria/UPJ?

Apenas para os servidores em teletrabalho

5.17. Todos os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim

5.18. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da Vara)? Em caso negativo, qual a periodicidade? Quantas petições aguardam juntada aos respectivos processos?

Como o acervo é 100% digital não há mais juntada física. Os documentos que são recebidos pelo e-mail e malote são salvos no PC e juntados no PJE

5.19. Em caso de processos que ainda se encontrem tramitando em meio físico, qual o procedimento utilizado para realização de carga rápida (em livro, registro no sistema, etc)?

Prejudicado, pois a vara está 100% digital



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.20. Há expedientes oriundos do Tribunal de Justiça ou da Corregedoria-Geral pendentes de resposta (*e-mail, siga doc, malote digital e pjecor*)?

Não

5.21. A Secretaria/UPJ utiliza atos ordinatórios para intimação? (*Provimento n. 06/2006-CGJ, alterado pelo Provimento n. 08/2014-CJRMB*)

Sim

5.22. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005, que instituiu o Sistema de Conta Única de Depósitos sob Aviso à disposição da Justiça no Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências).

(*Deve a Unidade juntar o relatório expedido pelo SDJ*)

Há o processo nº 0001066-42.2014.814.0201 que foi arquivado em 15/06/2021

Observação CGJ: Na análise do relatório expedido pelo SDJ que comporá o relatório não há nenhum processo em tal situação.0201

5.23. A pasta “*agrupadores*” no Pje se encontra atualizada?

(*Corregedoria: no PJE utilizar filtro “buscar resultados desde sempre” para verificação*)

Pendente de atualização

Observação CGJ: Tela dos *agrupadores*. Os servidores foram orientados a atualizar a situação dos agrupadores à medida do possível.

<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	Buscar resultados desde
<input type="text"/>	Sempre
<input type="checkbox"/> Processo com parte sem CPF/CNPJ	
<input type="button" value="PESQUISAR"/>	<input type="button" value="LIMPAR"/>
Petições avulsas não lidas - (21553)	
Processos com habilitações nos autos não lidas - (36)	
Documentos não lidos - (128)	
Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (3765)	
Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (301)	
Processos sob análise de prevenção - (15)	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.24. A Unidade realiza o procedimento de “retificação da autuação” no sistema PJE após o recebimento da denúncia pelo Órgão do Ministério Público?

Sim

5.25. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos? A Unidade realiza acompanhamento do Painel de Incremento de Baixas – PIB? (Portaria n. 4590/2019-GP, de 25/09/2019). Segundo o Painel de Gestão Judiciária, há quantos feitos julgados e não baixados na Unidade?

(Corregedoria: incluir print do PIB e do quantitativo de processos julgados e não baixados segundo Painel de Gestão)

Diariamente conforme demanda. É realizado também acompanhamento no Painel de Incremento de Baixas – PIB

Observação CGJ: Tela do Painel do PIB e “julgados e não baixados” do Painel de Gestão apontam boa regularidade de baixa processual.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.26. Há controle de processos que possuem prioridade legal (idosos, medidas cautelares urgentes, Infância e Juventude, Violência Doméstica e Familiar, etc)? Nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e sigredo de justiça há identificação visual nas capas (processos em tramitação por meio físico) e identificação por etiquetas (processos eletrônicos)? Quais são as etiquetas utilizadas para identificar as prioridades legais?

Sim, por meio de etiquetas e também inserção na atuação da situação especificando a prioridade;
Etiquetas usadas no PJE: “idoso”; “violência doméstica”; “réu preso”

Observação CGJ: A Unidade faz satisfatória utilização das etiquetas no sistema PJE.

5.27. Há processos paralisados há mais de 90 (noventa) dias aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, como é realizado o controle destes feitos? Que providências foram adotadas diante do atraso injustificável do laudo pericial/exame?

(a Unidade deve juntar lista de todos os processos nesta situação)

Não

Observação CGJ: Na análise do sistema PJE constatou-se a existência de 04 (quatro) etiquetas para identificação de feitos em que há pendência de laudo. Na triagem por etiqueta “*aguardando laudo pericial*” foram localizados 02 (dois) processos, dos quais apenas o de n. 0025791-72.2017.814.0401 está aguardando laudo de incidente de insanidade mental do acusado há mais de 90 (noventa) dias, havendo a justificativa de que está aguardando a finalização do laudo, uma vez que a perita responsável saiu do IML e foi intimada pessoalmente para concluí-lo. Os servidores foram orientados a manter apenas 01 (uma) etiqueta para identificação de processos que aguardam laudos.

A captura de tela do sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico) mostra a interface de etiquetas. No topo, há o nome de usuário 'Tatyane Silva' e o horário '17-05-22'. Abaixo, há uma barra de busca com o texto 'LAUDO' e um ícone de lupa. À esquerda, há uma lista de etiquetas com ícones de estrela e lupa, incluindo 'Aguardar laudo', 'Certificar Remessa Laudos', e 'aguardando laudo pericial'. À direita, há uma lista de processos encontrados, com o seguinte conteúdo:

Encontrados 2 processos.

InsanAc 0808573-22.2022.8.14.0401
Homicídio Simples
4ª Vara do Tribunal do Juri de Belém / JUIZ de Direito
X MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
ULTIMA MOVIMENTAÇÃO: DECORRIDO PRAZO DE EM 11/07/2022 23:59
93 - DENIE X aguardando laudo pericial X

InsanAc 0025791-72.2017.8.14.0401
Fato Atípico
4ª Vara do Tribunal do Juri de Belém / JUIZ de Direito
X MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
ULTIMA MOVIMENTAÇÃO: DECORRIDO PRAZO DE 11/07/2022 23:59
93 - DENIE X 09 15 X aguardando laudo pericial X META 02 - CNU X



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.28. A Secretaria Judicial cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015, alterada pelas leis n. 8.583/2017 e 9.217/21? (Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Pelo fato dos feitos serem de natureza criminal são em geral justiça gratuita.

5.29. Há processos extraviados? Em caso positivo, mencionar os números. Qual a providência adotada quanto à restauração dos autos?

Não

5.30. De que forma são controlados os prazos processuais?

Etiquetas inseridas no PJE

5.31. Há controle efetivo sobre os processos que ainda tramitam em meio físico e que estão fora da Secretaria? A Unidade adota quais providências diante da verificação de excesso de prazo na devolução dos autos?

Prejudicado em virtude da total virtualização do acervo para o PJE

5.32. Processos ainda em tramitação física e que se encontram fora da Secretaria (listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo com carga além do prazo legal)

Prejudicado

5.33. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

O prazo é controlado pelo PJE (por meio de etiquetas e o módulo de prazos do PJE). Após decurso do prazo, a Secretaria, inicialmente, envia e-mail à Vara ou Central de mandados cobrando a devolução. Caso não haja devolução ou informações quanto a cumprimento a secretaria certifica e encaminha ao magistrado para adoção de providências.

Observação CGJ: A cobrança dos mandados cujo prazo expirou em julho/2022 está pendente de realização, considerando que o quadro funcional esteve parcial em virtude de férias de servidores.

5.34. Há processos aguardando cumprimento de mandado há mais de 30 dias? Como é feita



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

a cobrança desses mandados? *(Provimento Conjunto n. 09/2019-CJRMB/CJCI, alterado pelo Provimento Conjunto n. 01/2020-CJRMB/CJCI e pelo Provimento n. 01/2022-CGJ)*

A cobrança é realizada por meio de e-mail com prazo de 15 dias, após é certificado e encaminhando ao magistrado para providências.

Expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça			
Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0002192-16.2003.8.14.0201	ID 8233132	23/05/2022	Jose Maronilton Luiz Da Silva
0003637-88.2011.814.0201	ID 8582090	10/06/2022	Horacio David Elleres Moraes

5.35. A Unidade utiliza os sistemas SEEU/CNJ (apenas competência para execução de pena), BNMP/CNJ, INFOPEN/SUSIPE (consulta sobre presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TRE (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?

SEEU/CNJ, BNMP/CNJ, INFOPEN/SUSIPE, INFODIP/TRE, SIEL/TRE, E-CAC(RECEITA FEDERAL-CONSULTA) e SDJ

5.36. A Secretaria intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*? *(Resolução n. 28/2018-GP - institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, e dá outras providências).*

Sim, em situações excepcionais

5.37. Há processos “aguardando conclusão” em Secretaria?

Não

5.38. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ? *(Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Prejudicado

5.39. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim

5.40. A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Sim

5.41. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Sim, por meio de caderneta.

Observação CGJ: Há gavetas na Secretaria onde ficam as cadernetas, contudo, o controle realizado não é eficiente, uma vez que só são verificadas quando há solicitação do Promotor de Justiça nos autos.

5.42. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? (*Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem*).

Prejudicado pois não houve ocorrência.

5.43. Existem inquéritos sem andamento há mais de 03 (três) meses? Quantos inquéritos se encontram tramitados para a Delegacia e/ou Corregedoria de Polícia Civil para cumprimento de diligências? (*artigo 3º da Resolução n. 66/2009-CNJ, alterada pelas Resoluções n. 87/2009-CNJ e 117/2010-CNJ e pela Emenda n. 1-CNJ*)

Prejudicado. Competência da Vara de Inquéritos

- Dos bens apreendidos:

5.44. Há bens apreendidos na Secretaria ou Fórum da Comarca? Os objetos apreendidos se encontram devidamente identificados com o número do processo e as partes envolvidas?

Sim, mas estão na central de objetos e armas apreendidos do Fórum Criminal de Belém.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.45. Quantos bens estão atualmente cadastrados nos Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA? A Secretaria cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, inclusive quanto ao procedimento cabível às armas de fogo e petrechos bélicos? (*Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará*).

(Corregedoria – incluir print de tela do SNBA e fazer download do relatório de “objetos por Secretaria” no sistema LIBRA)

Estamos com algumas pendências a serem sanadas pós migração ao PJE.

Observação CGJ: Os únicos 02 (dois) bens cadastrados pela Unidade no SNBA estão com anotação de “teste”, tendo o Diretor de Secretaria informado que nunca acessou o referido sistema. Esclarecido pelo Magistrado que foi ele quem efetuou o teste do sistema.

5.46. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

Observação CGJ: Dados de bens apreendidos informados pela Unidade

N. do processo	Arma/Objeto vinculado
0000005-60.2016.8.14.0401	01 faca, lamina inox serrilhada, tipo de cozinha, cabo em material sintético de cor lilás, segue o laudo nº 2016.01.000009-bio do IML
0000006-68.2013.8.14.0201	01 (um) aparelho marca nokia, modelo c2, imei's 359734040361892 e 359734040361900; 01 (uma) bateria nokia, modelo bl-5c; 01 (um) sim card da operadora tim, nº serial 89550290000132133007i211;
0000188-60.2018.8.14.0401	01 projétil de arma de fogo (paf), segue o laudo nº 2020.01.000678-bal do IML
0000192-94.2013.8.14.0200	Armario 02, Gaveta 10, livro de armas fls 135, arma periciada, acompanha 01 carregador. Patrimonio PMPA2573
0000342-91.2010.8.14.0201	01 cartucho de munição cal. 38, 01 estojo de munição cal. 38, 01 estojo de cal. 380, 05 estojos de cal. 22, material recebido mediante o ofício nº 151/2019-2ª vcdi da 2ª vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo.
0000524-12.2008.8.14.0201	01 faca, tipo peixeira, lamina oxidada, cabo em madeira, objetos recadastrados em virtude de redistribuição processual da vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo
0000526-59.2011.8.14.0401	Revolver taurus
0000543-06.2003.8.14.0201	Faca inox. Tipo peixeira. Cabo branco
0000562-33.2019.8.14.0501	Arma de fogo de fabricação artesanal, confeccionada em madeira, compatível com calibre nominal 28, cano removível medindo 34,00 mm de comprimento
0000668-89.2009.8.14.0201	Faca inox, tipo peixeira, com cabo em madeira, não acompanha laudo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

0000980-71.2014.8.14.0201	Faca inox, tipo peixeira, com cabo em material plástico na cor branco, não acompanha laudo.
0001182-82.2013.8.14.0201	01 (um) machado com cabo em madeira, medindo aproximadamente 48,5 cm, fabricante forja sul
0001272-76.2009.8.14.0201	Terçado tipo rabo de galo
0001284-70.2014.8.14.0201	Um revolver, inoxidável, calibre 38, marca taurus, cano curto, cinco tiros, placas da empunhadura confeccionado em material sintético preto, numero de série jj33586, segue o laudo n° 151/2014-bal do IML.
0001548-04.2002.8.14.0201	Faca- uma lâmina de faca inox, sem cabo e sem laudo
0001676-78.2012.8.14.0201	01) canivete multifuncional, na cor prateado; 02) 01 (um) aparelho marca motorola, modelo ex115, imeis 353631049276624 e 353631049276632; 03)01 (uma) bateria marca motorola, modelo bk60; 04)01 (um) sim card da operadora vivo, n° de série 8955119111000800247110;
0001751-43.2006.8.14.0201	Uma faca tipo peixeira medindo 23 cm, de comprimento, sem marca aparente, com cabo de madeira medindo 11 cm de comprimento e lamina de corte liso (um gume), fixado ao cabo por 3 pinos, objetos recadastrados em virtude de redistribuição processual da vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo.
0001808-70.2007.8.14.0201	Uma faca tipo peixeira com lamina totalmente oxidada, quebrada, sem marca de fabricante, objetos recadastrados em virtude de redistribuição processual da vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo
0001815-82.2000.8.14.0201	Revolver oxidado. Coronha em madreperola. Seis tiros. Cano médio
0001858-30.2013.8.14.0201	01) carabina com carregador, patrimônio da pm/pa 000925, não acompanha laudo; 02) revolver oxidado, placa da coronha em madeira, 06 tiros,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	cano médio e uma munição e um estojo de calibre 38, não acompanha laudo
0002113-61.2008.8.14.0201	Uma lâmina de faca inox, desgastado pelo uso, com nome tramontina inox stainless brasil gravado em uma das faces, não acompanha laudo
0002158-53.2011.8.14.0201	Revolver oxidado, sem identificação de marca, modelo e nº de série, empunhadura em madeira e ferro, não acompanha laudo, arma cadastrada por redistribuição processual, através do ofício nº 111/2020-2ªcvdi-Icoaraci
0002225-43.2008.8.14.0201	Uma faca, tipo peixeira, em metal liso, desgastados pelo uso, com o nome 'tramontina-inox-stainless-brasil' impresso em uma de suas faces, medindo 15,0 centímetros, objeto recadastrado em virtude de redistribuição processual da vara criminal de Icoaraci, não acompanha laudo.
0002293-04.2013.8.14.0201	01 mochila e 01 camisa, objetos recadastrados em virtude de redistribuição processual da vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo
0002337-10.2010.8.14.0201	01 (um) projétil compatível com o cal. 38 ou cal. 357, não acompanha laudo
0002471-22.2019.8.14.0401	01) uma faca, tipo peixeira, cabo confeccionado em material sintético, na cor preto, uma calcinha, uma cueca, e uma blusa, segue para secretaria do juízo o laudo nº 2019.01.000651-ccv do IML 02) 06 peças de vestuários, sendo, 01 camisa em tecido na cor vermelha, 01 bermuda na cor laranja, 01 bermuda na cor rosa, 01 camisa de tecido na cor rosa, 01 camisa na cor azul, 01 boné na cor branca, segue para secretaria o laudo nº 2019.01.000025-bio do IML.
0002487-96.2016.8.14.0201	02 (dois) bonés verdes e 01 (um) óculos rosa, recadastrado em virtude de redistribuição processual da vara criminal de Icoaraci, não acompanha laudo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

0002518-87.2014.8.14.0201	01) celular de marca nokia, modelo 305, cor preta, com sim card da operado claro e bateria, não acompanha laudo; 02) cartão sim (chip), operadora claro; 03) celular de marca samsung, modelo gt-s6102b, cor preto, com bateria e dois sim card, não acompanha laudo.
0002655-06.2013.8.14.0201	Revolver inox, placa da coronha anatômica em borracha, 06 tiros, cano médio e dois estojos, não apresenta laudo.
0002775-72.2011.8.14.0201	Revolver oxidado, placa da coronha anatômica em borracha, 06 tiros, cano médio, com três estojos, não acompanha laudo
0002887-52.2009.8.14.0201	Uma faca de tamanho medio de fabricação Zanata inox Brasil, cabo em material sintetico de cor branca, objeto recadastrado em virtude de redistribuição processual da vara criminal de Icoaraci, não acompanha laudo.
0002889-89.2002.8.14.0201	Faca inox. Sem cabo.
0003104-55.2010.8.14.0201	01 (uma) arma de fogo, tipo revólver, cal.38, marca taurus, número de montagem 708585, acabamento oxidado, placas da empunhadura confeccionadas em borracha apresentando a logotipo da marca taurus em ambos os lados. Acompanha o laudo nº 32/2010 do IML.
0003256-71.2010.8.14.0201	01 revolver oxidado, placas da empunhadura em madeira, 05 tiros, cano médio, nº de serie desbastado, nº de montagem 5656, arma vinda da 1ª vara criminal de Icoaraci mediante o ofício nº 09/2017- redistribuição (não acompanhou o laudo).
0003304-74.2018.8.14.0401	Duas (02) facas, inoxidável, sendo uma com cabo na cor azul, e uma outra na cor marrom, segue a cópia do laudo nº2018.01.000192-ccv do IML.
0003326-88.2009.8.14.0201	Revolver oxidado, placa da coronha em madeira,06 tiros, cano médio, não acompanha laudo
0003793-71.2014.8.14.0201	01 estoque, feito de um pedaço de metal, tipo vergalhão, com uma ponta afiada e outra envolta com tecido, segue para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	secretaria o ofício nº 1165/2014- cart. 8ª supc- Icoaraci, laudo nº 124/2014- protocolo nº 4267/2014 do IML, objetos recebidos neste setor em virtude da redistribuição processual da vara distrital criminal de Icoaraci.
0004143-93.2013.8.14.0201	01 (um)projétil de arma de fogo, acompanha laudo nº60/2013 do IML
0004171-13.2008.8.14.0201	Facão com cabo confeccionado artesanalmente com cano plástico, não acompanha laudo.
0004353-13.2014.8.14.0201	um aparelho celular, marca samsung, modelo gt-18552b, imei 1:358073055422898 e imei 2:358074055422896, acompanha dois sim cards da operadora tim, serial (sim 1) nº 89550290000256531986 e serial (sim 2) 89550290000266694550, um cartão de memória, tipo micro sd, marca multilaser, capacidade 4gb
0004648-81.2018.8.14.0501	1) tablet multilaser nas cores rosa e branco, (objeto redistribuído do fórum de mosqueiro); 2) uma pistola, oxidada, calibre .40, marca taurus, placas da empunhadura confeccionada em material sintético preta, numero de série sxi19368, segue o laudo nº2018.01.001068-bal do IML; 3) um celular de marca motorola, com tela danificada, (objeto redistribuído do fórum de mosqueiro) .; 4) tablet samsung, cor preta, com tela trincada, (objeto redistribuído do fórum de mosqueiro)
0004891-62.2012.8.14.0201	01 (um) aparelho marca nokia, modelo 1661-2, imei 352676041966087, objetos recadastrados em virtude de redistribuição processual da vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo.
0005621-45.2018.8.14.0401	01-um projétil de arma de fogo, possuindo marcas de raias produzidas pela parte interna do cano de uma arma de fogo, deformações na ogiva e no corpo cilíndrico, segue ao juízo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	o laudo nº 2019.01.001572-bal
0005672-22.2019.8.14.0401	<p>01) pistola semiautomática, modelo pt 940, nº de patrimônio pm/pa 2555, placas da empunhadura em material sintético preto, com logotipo da taurus em ambos os lados, com carregador cal. 40, segue ao juízo o laudo nº 2020.01.000116-bal</p> <p>02) 01 (um) revólver, oxidado, marca taurus, cal. 38, nº de série 199054, placas da empunhadura em material imitando madre pérola; 04 (quatro) estojos de munição, cal. 38. Acompanha o aludo nº 2019.01.000702-bal do IML;</p> <p>03) pistola semiautomática, nº patrimônio pm/pa 2141, empunhadura com logotipo da taurus em ambos os lados, com carregador, modelo pt 24/7 cal. 40, segue ao juízo o laudo nº 2020.01.000116-bal</p> <p>04) semiautomática, nº de patrimônio pm-pa 059, empunhadura em material sintético preto, com logotipo da taurus em ambos os lados, com carregador modelo pt 940, segue ao juízo o laudo nº 2020.01.000116-bal;</p> <p>05) 01 arma de brinquedo, tipo pistola (airsofft), em material sintético na cor preta, segue para secretaria o laudo nº 2019.01.001244-bal do IML.</p>
0005702-91.2018.8.14.0401	01 cartucho de cal. 40, 05 estojos de cal. 40, segue o laudo nº 2018.01.000258-bal do IML.
0005763-09.2014.8.14.0201	Revolver oxidado, placa da coronha anatômica em borracha, 05 tiros, cano cruto e três estojos, não acompanha laudo
0006072-36.2019.8.14.0401	01 (uma) arma de fogo de fabricação artesanal (bufete), compatível com o calibre 9.1, tiro unitário, armação inteiriça elaborada em metal. Acompanha o laudo nº 2020.01.000027-bal.
0006313-04.2014.8.14.0201	01 cel, marca e71, sem bateria e sem chip, objetos recadastrados em virtude de redistribuição processual da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo.
0006404-31.2013.8.14.0201	01) pistola oxidada, placa da coronha em material sintético com carregador, modelo pt 100, não acompanha laudo; 02) pistola com armação e polímero, modelo 24/7, patrimônio da pm/pa 1810, com carregador, não acompanha laudo; 03) pistola armação em polímero, modelo pt24/7, patrimônio pm/pa 2015, com carregador, não acompanha laudo.
0008876-74.2019.8.14.0401	01) 01 (uma) arma de fogo, tipo pistola, marca taurus, cal. 40, número de série sbw80794, modelo: pt24/7pro, apresentando brasões da república federativa do brasil e da polícia militar do estado do pará, placas da empunhadura confeccionadas em material sintético. Acompanha o laudo nº 2020.01.000002-bal; 02) 01 (uma) arma de fogo, tipo pistola, marca taurus, nº de série stj81459, cal.40, modelo: pt940, número de patrimônio da pm/pa 1258, placas da empunhadura confeccionadas em material sintético. Acompanha o laudo nº 2020.01.000002-bal.;
	03) 01 (uma) arma de fogo, tipo pistola, marca taurus, n } de série: stk93640, modelo: pt940, número do patrimônio da pm/pa 041, apresentando brasões da república federativa do brasil e da polícia militar do estado do pará, placas da empunhadura em material sintético. Apresenta o laudo nº 2020.01.000002-bal.
0009052-97.2012.8.14.0401	Uma faca oxidada, tipo peixeira, cabo confeccionada em madeira, não acompanha laudo.
0009552-56.2018.8.14.0401	01 projétil de arma de fogo (paf), segue para secretaria os laudos nº 2019.01.000092-tan, 2019.01.000958-bal do IML
0006404-31.2013.8.14.0201	01) pistola armação em polímero, modelo pt 24/7 pro,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>patrimônio pm/pa 1847, com carregador, não acompanha laudo;</p> <p>02) revolver oxidado, placa da coronha em madeira, 06 tiros, cano longo, e duas munições, não acompanha laudo.</p>
0006501-37.2018.8.14.0401	<p>01) 01 pistola acabamento oxidado, placas da empunhadura em material sintético de cor preta, mod. Gc md5, brasão da união, sigla fnsp na lateral, 01 carregador, segue a cópia do laudo nº 2018.01.000198-bal do IML;</p> <p>02) 01 revolver, acabamento oxidado, placas da empunhadura em madeira, 06 tiros, cano médio, segue a cópia do laudo nº 2018.01.000198-bal do IML.</p>
0007174-24.2013.8.14.0201	<p>Bufete tipo espingarda, confeccionada em madeira e cano de ferro, com um cartucho calibre 28 recarregado, não apresenta laudo.</p>
0007950-19.2016.8.14.0201	<p>01) 01 (um) aparelho marca blackberry, cor azul, recadastrado em virtude de redistribuição processual, não acompanha laudo;</p> <p>02) 01 (um) projétil deflagrado, recadastrado em virtude de redistribuição processual, não acompanha laudo</p>
0008876-74.2019.8.14.0401	<p>01) 01 (uma) arma de fogo, tipo pistola, marca taurus, cal. 40, número de série sbw80794, modelo: pt24/7pro, apresentando brasões da república federativa do brasil e da polícia militar do estado do pará, placas da empunhadura confeccionadas em material sintético. Acompanha o laudo nº 2020.01.000002-bal.;</p> <p>02) 01 (uma) arma de fogo, tipo pistola, marca taurus, nº de série stj81459, cal.40, modelo: pt940, número de patrimônio da pm/pa 1258, placas da empunhadura confeccionadas em material sintético. Acompanha o laudo nº 2020.01.000002-bal;</p> <p>03) 01 (uma) arma de fogo, tipo pistola, marca taurus, n} de</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	série: stk93640, modelo: pt940, número do patrimônio da pm/pa 041, apresentando brasões da república federativa do brasil e da polícia militar do estado do pará, placas da empunhadura em material sintético. Apresenta o laudo nº 2020.01.000002-bal.
0009052-97.2012.8.14.0401	Uma faca oxidada, tipo peixeira, cabo confeccionada em madeira, não acompanha laudo.
0009552-56.2018.8.14.0401	01 ap. Cel. Marca samsung, mod. Galaxy j7, cor preta, imei 35710409033955501, 01 chip da tim, 01 ap cel. Marca motorola, cor verde/preta, imei 355473061888194, 01 chip da tim, não acompanha laudo.
0017606-34.2015.8.14.0201	Simulacro- 01 (um) artefato confeccionado em material plástico imitando uma arma de fogo do tipo revólver (danificada), não acompanha laudo
0021596-39.2020.8.14.0401	01) pistola oxidada, placa da coronha em material plástico, modelo 940, com carregador, laudo 202001001764-ba; 02) pistola oxidada, placa da coronha em material plástico, com carregador, marca walter, milelo pp, laudo 202001001764-bal
0021609-32.2015.8.14.0201	Revolver oxidado, placa da coronha anatômica em borracha, 06 tiros, cano médio e dois estojos de calibre 38, não acompanha laudo
0031263-54.2017.8.14.0401	Uma garrucha, calibre 22, marca rossi, placas da empunhadura confeccionada em madeira, numero de montagem 424 m, consta justificativa de errata no laudo sendo o numero de serie e60828, segue para secretaria o laudo nº 2019.01.001752-bal do IML
0053636-68.2015.8.14.0201	01 (um) biquini estampado, objeto recadastrados em virtude de redistribuição processual da vara distrital de Icoaraci, não acompanha laudo.
0107626-71.2015.8.14.0201	Um celular, marca lg na cor preta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.47. Há processos físicos aguardando envio para o arquivo? Existe espaço exclusivo utilizado como arquivo? Caso positivo, especifique a organização.

Não

- Do controle dos prazos prescricionais:

5.48. Como é feito o controle do prazo prescricional dos feitos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução 112/CNJ? Há informações nos autos referentes (1) às datas dos marcos interruptivos e (2) cálculo da prescrição?

(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

No PJE por meio de etiqueta

5.49. A Unidade adota nos processos suspensos nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal o procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB, renovando a cada 90 (noventa) dias as diligências necessárias à localização do réu? Há registro de controle dos prazos prescricionais nos processos suspensos?

(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Sim, procedimento realizado por migração PJE

5.50. A Secretaria/UPJ adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais?

(Boas Práticas)

Sim, pesquisas no SIEL e ECAC da Receita Federal visando localização de testemunhas e réus

5.51. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores da Secretaria/UPJ?

Sim, utilização adequada do BNMP e PJE

- UNAJ – Unidade de Arrecadação Judicial

5.52. Existe UNAJ na Comarca? Identifique o servidor responsável.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim, mas a Unidade não sabe precisar o nome do servidor responsável

5.53. Qual o prazo médio que o processo permanece na UNAJ? (Art. 2º, II da Resolução n.º 26, de 10 de agosto de 2016).

Prejudicado

5.54. O servidor tem acessado o e-mail da sua unidade de arrecadação para ter conhecimento das orientações e comunicados enviados pelo chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Judiciais – DIAJU? (Art. 2º, III, da Resolução n.º 26, de 10 de agosto de 2016)

Prejudicado

5.55. A legislação que trata sobre custas judiciais se encontra em local visível para consulta pelo público em geral? (Portaria Conjunta n.º 3/2017-GP/VP/CJRMB/CJCI que dispõe sobre a regulamentação da redução percentual e do parcelamento de custas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências; Portaria Conjunta n.º 004/2015/GP/CJRM/CJCI que dispõe sobre o procedimento de restituição de taxa judiciária, custas judiciais, despesas processuais e demais receitas recolhidas em favor do Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Pará).

Prejudicado

6. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:

6.1. Qual metodologia de trabalho é empregada no Gabinete? Descreva o fluxo de trabalho desde a entrada do processo no Gabinete até seu retorno para a Secretaria.

Os processos são distribuídos entre os servidores da assessoria de acordo com a complexidade e diante disso, a divisão é realizada a partir dos Inquéritos Policiais, despachos, decisões e sentenças.
Observação CGJ: O Gabinete também adota a prática de triagem de processos para maior celeridade realizando a organização em “lote”.

6.2. Como são divididas as tarefas no Gabinete? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A assessora executa as minutas das tarefas mais complexas como decisões de revogações, julgamentos - pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária, bem como elaboração das minutas dos documentos das sessões de júri.

A servidora (auxiliar judiciária) executa as minutas de todos os procedimentos oriundos da Vara de Inquéritos com pedido de diligências e arquivamentos de inquéritos policiais.

A estagiária, sob supervisão da assessora, elabora as minutas dos despachos de impulsionamento dos processos.

Observação CGJ: Nas Sessões de Tribunal do Júri se deslocam para o Plenário apenas o Magistrado e um servidor responsável pela Ata e apoio aos trabalhos.

6.3. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para as quais foram designados no Gabinete?

As metas estabelecidas são no sentido de que os processos não podem ficar mais de 10 (dez) dias em gabinete para decisão/despacho.

Observação CGJ: O Magistrado titular realiza audiências em todos os dias da semana e neste semestre está priorizando as audiências de instrução, havendo também júris designados em sua maioria de processos envolvendo réus presos provisórios. Para a pauta do ano de 2023 está sendo priorizada a realização de sessões do Júri.

6.4. Todos os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

6.5. O(A) Magistrado(a) realiza a gestão da Vara como corregedor(a) natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da Unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA?

Sim.

Observação CGJ: Durante a correição, o percentual de PP+100 era de 17,08%, sendo composto em sua maioria de processos que aguardam a realização de audiências.

6.6. Considerando os últimos 12 (doze) meses, em quantos feitos o(a) Magistrado(a) da Unidade firmou suspeição ou declarou impedimento?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Observação CGJ: Sim, tendo o magistrado titular relatado que comunicou à Corregedoria, conforme determina a Portaria que regulamenta a matéria.

6.7. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício?

(Provimento n.003/2009-CJRMB, alterado pelo Provimento n. 11/2009-CJRMB)

Sim.

6.8. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor? *(Resolução n. 320/2020-CNJ,*

Provimento Conjunto n.11/2020-CJRMB/CJCI e Ofícios Circulares n. 135/2020-CJCI e n. 39/2021-CGJ)

Observação CGJ: O Diretor de Secretaria acessa quando recebe e-mail com notificação.

6.9. Com que periodicidade o(a) Magistrado(a) se reúne com os servidores para definir a gestão da Unidade?

Diariamente.

6.10. A Unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente? Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da Unidade Judicial?

Sim. Evitar ao máximo o adiamento de audiências e sessões de júri, solucionando os feitos em audiência, bem como resolvendo os feitos mais antigos.

6.11. A publicação dos atos judiciais é realizada pelo Gabinete? Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

Sim.

6.12. O(a) Magistrado (a) tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Sim.

Observação CGJ: Durante reunião final, a Juíza Corregedora conversou com o magistrado titular e servidores para que procurem auxílio do Serviço Médico do TJPA, quando necessário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.13. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores do Gabinete?

Não.

6.14. O Gabinete adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

Sim. Minutando os feitos em lote, além de já deixar determinado no despacho, quando possível, as próximas etapas do processo evitando que os autos retornem com frequência ao gabinete para simples impulsionamento. Some-se a isso a vigência da ordem de serviço que atribui demandas à Secretaria para execução de atividades relacionadas ao andamento processual, independentemente de despacho.

Observação CGJ: O magistrado titular elaborou uma Ordem de Serviço para otimização dos trabalhos, a qual foi encaminhada à Corregedoria Geral nos autos PJEOR n. 0002687-88.2022.2.00.0814.

7. ATENDIMENTO AO PÚBLICO e BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021-CNJ e Portaria 1724/2021-GP):

7.1. Quais as modalidades de atendimento ao público realizada? Quantos servidores são designados para o atendimento? Há um controle do quantitativo de atendimento realizado?

Presencial (1 servidor ou estagiário da secretaria) e Balcão Virtual (2 servidores)

Observação CGJ: A Unidade organiza escala para atendimento do Balcão Virtual.

7.2. Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

Sim

8. DAS AUDIÊNCIAS:

8.1. Perfil da pauta:

De acordo com o Painel de Gestão Judiciária, nos últimos 12 (doze) meses, qual o número de audiências designadas, realizadas, redesignadas e canceladas?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(Corregedoria: incluir print de tela do Painel de Gestão Judiciária-Audiências)



8.2. As audiências estão sendo realizadas de forma presencial, videoconferência ou híbrida?

Híbrida

8.3. Em quantos e quais dias da semana são marcadas as audiências de processos envolvendo réus presos provisórios?

A prioridade é para designar as audiências de processos envolvendo réus presos. Podem ser marcadas todos os dias.

8.4. Para qual data está marcada a última audiência de processo envolvendo preso provisório? Qual o número do processo?

28/09/2022 - processo nº 0805679-10.2021.814.0401

8.5. Em quantos e quais dias da semana são marcadas as audiências de processos envolvendo réus soltos?

05 dias. Segunda a sexta

8.6. Para qual data está marcada a última audiência de processo envolvendo preso solto? Qual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

o número do processo?

19/06/2023 - processo nº 0004506-51.2011.814.0201

8.7. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

08 meses (réus soltos) - 01 a 02 meses (réus presos)

- UNIDADE COM COMPETÊNCIA PARA PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI:

8.8. Quantas Sessões do Tribunal do Júri foram designadas e quantas foram realizadas nos anos de 2021 e 2022, até a data da correição?

2021: a) Designadas: 58; b) Realizadas: 18
2022: a) Designadas: 60; b) Realizadas: 46

8.9. Há processos em Secretaria/UPJ ou no Gabinete apenas aguardando designação de Sessão do Júri? Caso positivo, quantos e quais os números dos processos?

Não

9. METAS NACIONAIS – CNJ:

9.1. Quais são os dados estatísticos da Unidade no Portal de Metas Nacionais quanto ao cumprimento das Metas para o ano corrente?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9.2. Como é realizado o controle quanto ao cumprimento das Metas Nacionais pela Unidade?

Há apenas acompanhamento do Painel de Gestão

9.3. Cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça no ano de 2021:

9.3.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
61	90	145,16%

9.3.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de cumprimento	Pendentes	Necessidade de julgamento
316	253	257	101,66%	59	-04

9.3.4. Meta 04/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos contra a Administração Pública e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta que não se aplica à Unidade correicionada

9.3.5. Meta 08/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31.12.2019 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31.12.2019.

Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de cumprimento	Pendentes	Necessidade de julgamento
--------	--------------	-------------------	---------------------	-----------	---------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

02	01	02	200%	00	-01
----	----	----	------	----	-----

10. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES:

10.1. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na Unidade de acordo com o Painel de Gestão Judiciária:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	000096081.1994.814.0201	12/06/2022 – decisão em revogando a prisão preventiva do réu e designando audiência para 27/01/2023.	Imprimir celeridade ao feito, considerando que se trata do feito mais antigo em tramitação na Unidade e integra a Meta 02-CNJ
02.	000006467.1996.8140201	Processe se encontrava suspenso. Réu citado, determina a retirada da suspensão do feito, designada audiência para o dia 12/01/2023.	Imprimir celeridade ao feito, considerando que integra a Meta 02-CNJ
03.	000170721.2000.8140201	Réu citado, audiência de instrução e julgamento designada para 04.10.2022.	Imprimir celeridade ao feito, considerando que integra a Meta 02-CNJ
04.	000044854.2001.8140201	Réu citado, audiência de instrução e julgamento designada para 02.02.2023.	Imprimir celeridade ao feito, considerando que integra a Meta 02-CNJ
05.	000203747.2002.8140201	Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/07/2022	Imprimir celeridade ao feito, considerando que integra a Meta 02-CNJ

10.2. Análise de 05 (cinco) processos envolvendo réus presos provisórios de acordo com a data de prisão mais antiga, sem sentença:

	Número do processo	Observações / Recomendações
01.	0012751-18.2020.814.0401 (Desmembrado do processo nº 0007597-87.2018.814.0401)	Sessão de Júri designada para o dia 07/10/2022
02.	0001281-28.2008.8.14.0201	Sessão de Júri designada para o dia 13/10/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

03.	0010018-16.2019.814.0401	Sessão de Júri designada para o dia 09/11/2022
04.	0014542-61.2016.814.0401	Réus pronunciados. Trânsito em julgado de RESP em 30/05/2022. Renúncia de advogado, réu JCBS intimado para constituir nova Defesa em 29/07/2022.
05.	0005274-40.2012.814.0201	Processo em grau de recurso desde 04/10/2021.

10.3. Análise de 05 (cinco) processo com Carta Precatória expedida e sem devolução há mais de 90 (noventa) dias:

Observação CGJ: Dados informados pela Unidade

	Número do processo	Data da Remessa	Juízo Deprecado	Observações / Recomendações
01.	0000702-85.2005.8.14.0201	09/12/2021	Juízo de Direito Criminal da Comarca de Dias D'Avila-BA	Decorridos 8 meses da expedição da carta, não há registro de pedido de informações ou reiteração, o que deve ser providenciado.
02.	0003347-05.2.013.8.14.0201	26/11/2021	Distribuidor - São Paulo - Foro Regional Santo Amaro e Ibirapuera (TJSP)	Reiterada carta precatória em 09/05/2022.

10.4. Análise de 05 (cinco) processos com Cartas Precatórias recebidas, sem cumprimento há mais de 60 (sessenta) dias:

Prejudicado

10.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, quantas cartas precatórias estão distribuídas para a Unidade e ainda se encontram com *status* “em andamento” no acervo ativo da Vara, segundo o Painel de Gestão Judiciária?

Prejudicado em decorrência de incompetência para cumprir conteúdo de cartas precatórias.

10.6. Análise de 05 (cinco) processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública:

Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11.VARA COM COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO PENAL: (itens 11.1 a 11.20)

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

Prejudicado

11.19.DADOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO:

Prejudicado

11.20.SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos:

Prejudicado

12.DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE:

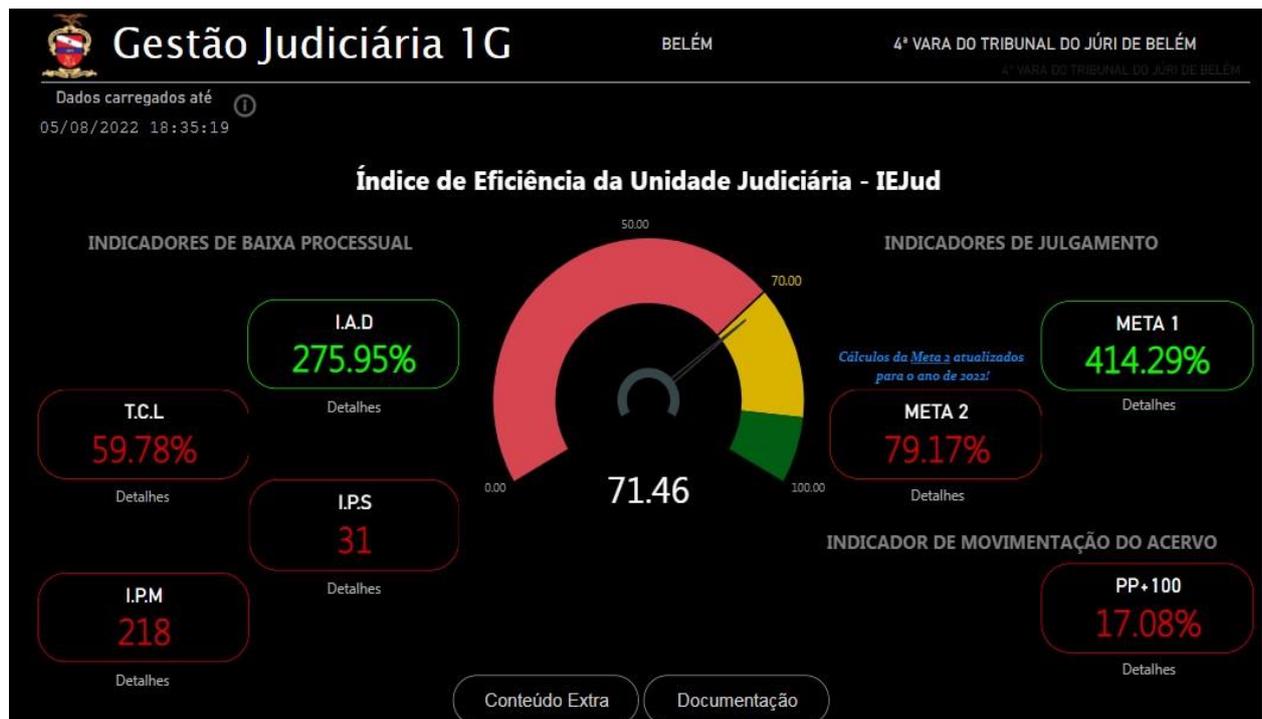
Corregedoria: Incluir print de telas do Gestão Judiciária 1G:

(1) IEJUD

(2) PP+100 (detalhes)

(3) Taxa de Congestionamento Líquida (TCL – detalhes).

(4) Painel de Gestão de Atividades (atos praticados por servidor – ano corrente)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Gestão Judiciária 1G

BELEM 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELEM

Dados carregados até 05/08/2022 17:16:35

LIBRA PJE1G Último Movimento Todos Em Gabinete (S: sim; N: não) S N

PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

17.08% Paralisados +100 dias

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal de Competência do Júri	51	18	69
Total	51	18	69

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	ASSUNTO	IDM
00000326120168140201	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3372 - Homicídio Qualificado	
00000381020128140201	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Homicídio Simples	
00001176220078140201	JULGADO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Homicídio Simples	
00001638520068140201	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Homicídio Simples	
00003924520068140201	JULGADO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3372 - Homicídio Qualificado	
00004935320048140201	JULGADO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3372 - Homicídio Qualificado	
00005131520028140201	JULGADO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Homicídio Simples 5355 - Crime Tentado	
00008117100168140201	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Homicídio Simples	
Total						

69 ACERVO PARALISADO
Lista de Processos

404 ACERVO ATIVO
Lista de Processos

Gestão Judiciária 1G

BELEM 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELEM

Dados carregados até 05/08/2022 17:16:35

Evolução da Taxa de Congestionamento

● Taxa de Congestionamento Bruta ● Taxa de Congestionamento Líquida

59.78% Taxa de Congestionamento Líquida

218 PROCESSOS BAIXADOS
Lista de Processos

509 CASOS PENDENTES
Lista de Processos

185 CASOS SUSPENSOS
Lista de Processos

Período	Taxa de Congestionamento Bruta	Taxa de Congestionamento Líquida
2021.12	90.45%	86.77%
2022.06	70.74%	58.88%
2022.08	70.01%	59.78%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input type="checkbox"/> CLAUDETE ALVES DA CUNHA SILVA	CLAUDETE ALVES DA CUNHA SILVA	184	389	239
<input type="checkbox"/> THAIS SOUZA BARROSO	THAIS SOUZA BARROSO	467	1.408	565
	Total	651	1.797	709

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input type="checkbox"/> ADRIANA PAULA BARROS PUGA FAGUNDES GOMES DANTAS	ADRIANA PAULA BARROS PUGA FAGUNDES GOMES DANTAS	844	1.551	135
<input type="checkbox"/> ANTONIO PAULO COSTA DE CASTRO	ANTONIO PAULO COSTA DE CASTRO	386	1.654	301
<input type="checkbox"/> DENIS MARCELO VILHENA RABELO	DENIS MARCELO VILHENA RABELO	2.576	5.502	763
<input type="checkbox"/> DELIZADETE FERREIRA DA SILVA	DELIZADETE FERREIRA DA SILVA	1.566	4.525	400
<input type="checkbox"/> EDUARDA DOS SANTOS MOREIRA	EDUARDA DOS SANTOS MOREIRA	346	545	71
<input type="checkbox"/> MARIA NATALICE FELPE MONTEIRO	MARIA NATALICE FELPE MONTEIRO	2.415	6.485	637
<input type="checkbox"/> VANESSA QUEIROZ DE MORAES BARBOSA	VANESSA QUEIROZ DE MORAES BARBOSA	2.178	5.658	659
	Total	10.311	25.990	1.027

12.1.SISTEMA LIBRA:

(para as Unidades que ainda possuem feitos tramitando em meio físico):

Prejudicado em razão da Unidade ser 100% digital

12.2.PJE:

Observação CGJ: Dados informados pela Unidade - data base: 04/08/2022

Acervo de processos ATIVOS em tramitação na Unidade (Painel de Gestão Judiciária):	403
Acervo de processos SUSPENSOS (Painel de Gestão Judiciária):	183
Total de processos distribuídos/redistribuídos para a Unidade nos últimos 12 (doze) meses (Painel de Gestão Judiciária-Entrada de feitos) = 03/08/21 a 03/08/2022	162
TOTAL de processos paralisados há mais de 100 dias na UNIDADE (PP+100 total -	72



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Painel de Gestão Judiciária):	
Processos conclusos há mais de 100 dias (PP+100 Gabinete - Painel de Gestão Judiciária):	1
Processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria/UPJ (Painel de Gestão Judiciária):	71
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa “Verificar providência a adotar”	30
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa “Migração do sistema Librá”	0
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa “Verificar manifestação”	14
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa “Preparar guia”	0
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa “Remeter ao 2º. Grau”	0
PERFIL SECRETARIA PJE – AGRUPADORES (a partir do filtro <i>buscar resultados desde sempre</i>) - Petições avulsas não lidas	285
PERFIL SECRETARIA PJE – AGRUPADORES (a partir do filtro <i>buscar resultados desde sempre</i>) – Mandados devolvidos pelo oficial de justiça	41
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “Designação de audiências”	196
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “Minutar ato de decisão”	3
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “Minutar ato de despacho”	9
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “Minutar ato de julgamento”	13
Perfil GABINETE PJE – Processos com prioridade legal conclusos há mais de 100 dias:	0

TELA PJE PERFIL SECRETARIA – 08.08.2022

Tarefas	
Filtros	
Aguardando publicação no DJEN	14
Migração do sistema LIBRA	1
Processo com prazo em curso	2
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	76
[CRIM] Aguardando prazo	68
[CRIM] Aguardar realização de audiência	66
[CRIM] Arquivar processo	1
[CRIM] Arquivo provisório	16
[CRIM] Avaliar expedição de documento	3
[CRIM] Confirmar ato de audiência	1
[CRIM] Confirmar ato de decisão	1
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	1
[CRIM] Confirmar minuta de documento	4
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	18

Tarefas	
Filtros	
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	18
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	20
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	5
[CRIM] Designação de audiência	192
[CRIM] Minutar ato de decisão	5
[CRIM] Minutar ato de despacho	1
[CRIM] Minutar ato de julgamento	9
[CRIM] Minutar documento	3
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	4
[CRIM] Preparar comunicação	11
[CRIM] Processo suspenso	158
[CRIM] Redistribuir eletronicamente	1
[CRIM] Verificar manifestação	17
[CRIM] Verificar providência a adotar	32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

TELA PJE PERFIL – GABINETE – 08.08.2022

☑ Tarefas	
Filtros	
Migração do sistema LIBRA	1
[CRIM] Aguardar realização de audiência	66
[CRIM] Confirmar ato de audiência	1
[CRIM] Confirmar ato de decisão	1
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	1
[CRIM] Designação de audiência	192
[CRIM] Minutar ato de decisão	5
[CRIM] Minutar ato de despacho	1
[CRIM] Minutar ato de julgamento	9

13. CORREIÇÕES ANTERIORES:

13.1. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e Magistrado(a) responsável: - *(Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)*

Não houve.

Observação CGJ: A Unidade encaminhou para a Corregedoria de Justiça o edital n. 001/2021-GJ designando correição para o período de 25 a 28/01/2022, contudo, não foi realizada e nem foi publicado edital suspendendo a correição.

13.2. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria:

27 e 28 de outubro de 2020

Observação CGJ: A última correição na Unidade foi realizada pela então Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e o relatório cadastrado no sistema PJECOR sob o n. 0000225-95.2021.2.00.0814.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

13.3. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

Sim

13.4. Os problemas identificados na correição ordinária anterior ainda persistem?

Persiste apenas um.

13.5. Identifique as recomendações não cumpridas

Realização da correição ordinária periódica a ser realizado pelo magistrado

14. OBSERVAÇÕES GERAIS:

- A 4ª. Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém é titularizada pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Hernandes Silva Lima desde o dia 13/05/2021 e tem a sua competência definida pela Resolução n. 21, de 30/06/2016, para o processamento e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, nos termos do art. 5º, XXXVIII da CF/88, com abrangência territorial na cidade de Belém e Distritos de Icoaraci e Mosqueiro.

- Durante os trabalhos de correição verificou-se que o magistrado e a equipe vêm trabalhando de forma a imprimir o devido impulso e controle do acervo em tramitação, refletindo positivamente nos índices estatísticos da Unidade no decorrer dos meses do ano de 2022.

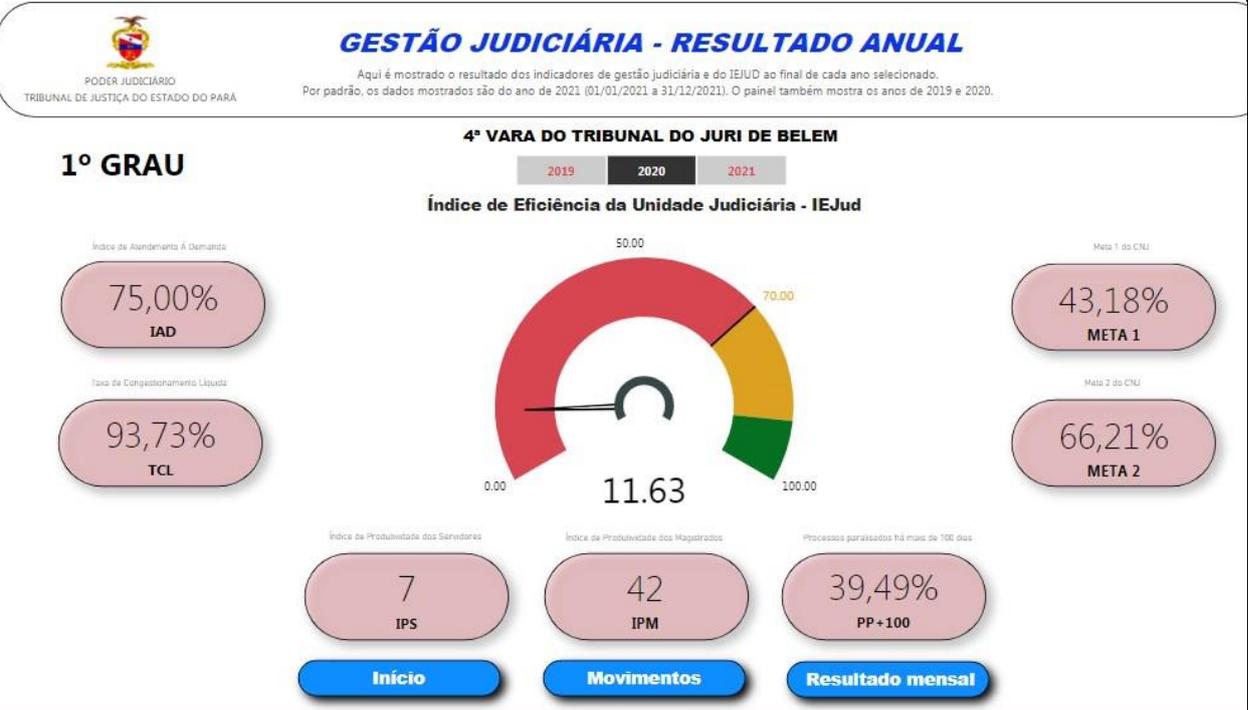
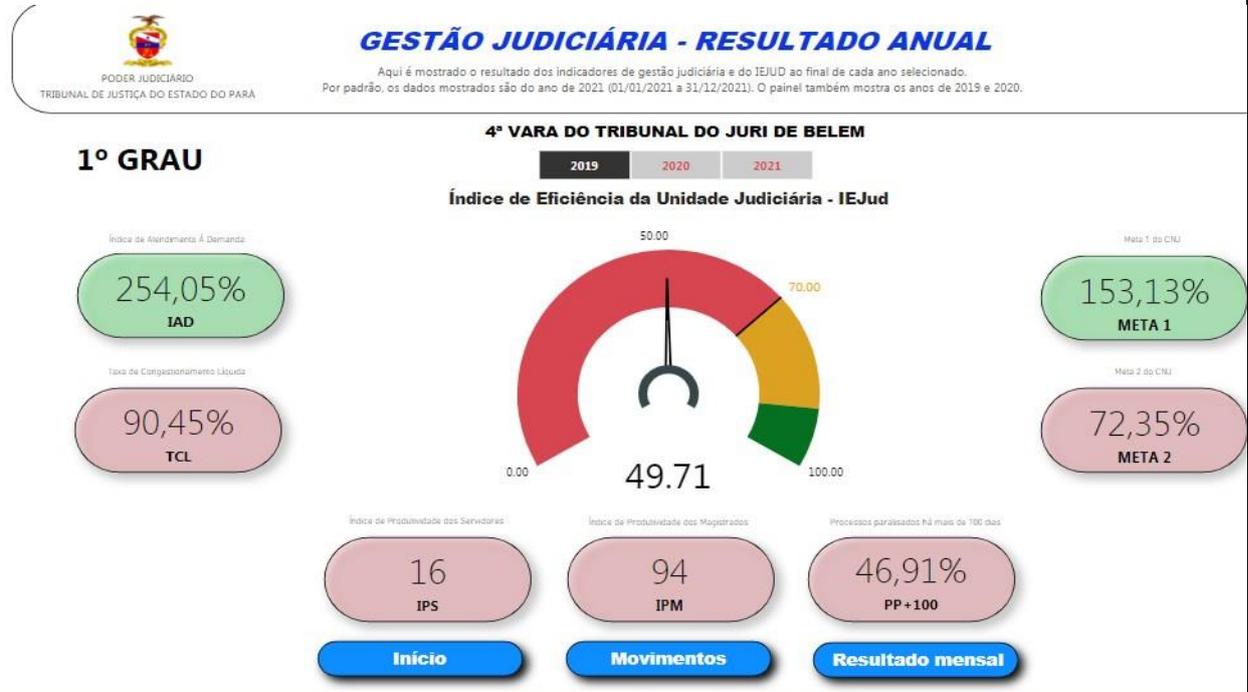
- O histórico dos índices estatísticos da Unidade no Painel de Gestão Judiciária registra um severo prejuízo no ano de 2020 em virtude da pandemia de Covid-19, especialmente, em razão do rito das sessões do Tribunal do Júri, contudo, a digitalização de 100% do acervo, acrescida das medidas de gestão adotadas pelo magistrado titular, vem regularizando o andamento e índices atuais da Vara.

- O modelo de gestão adotado pelo Juiz Titular tem priorizado a instrução dos feitos, com a realização diária de audiências e designação periódica de Sessões do Tribunal do Júri, tendo sido registrado que, ao assumir a Unidade em 16/05/2021, o acervo ativo era de composto de 755 (setecentos e cinquenta e cinco) processos e, atualmente há 403 (quatrocentos e três) feitos, refletindo, portanto, 46% de baixa em 14 (quatorze) meses.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Histórico do IEJUD da Unidade – 2019/2020/2021





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Iejud do período da realização da Correição



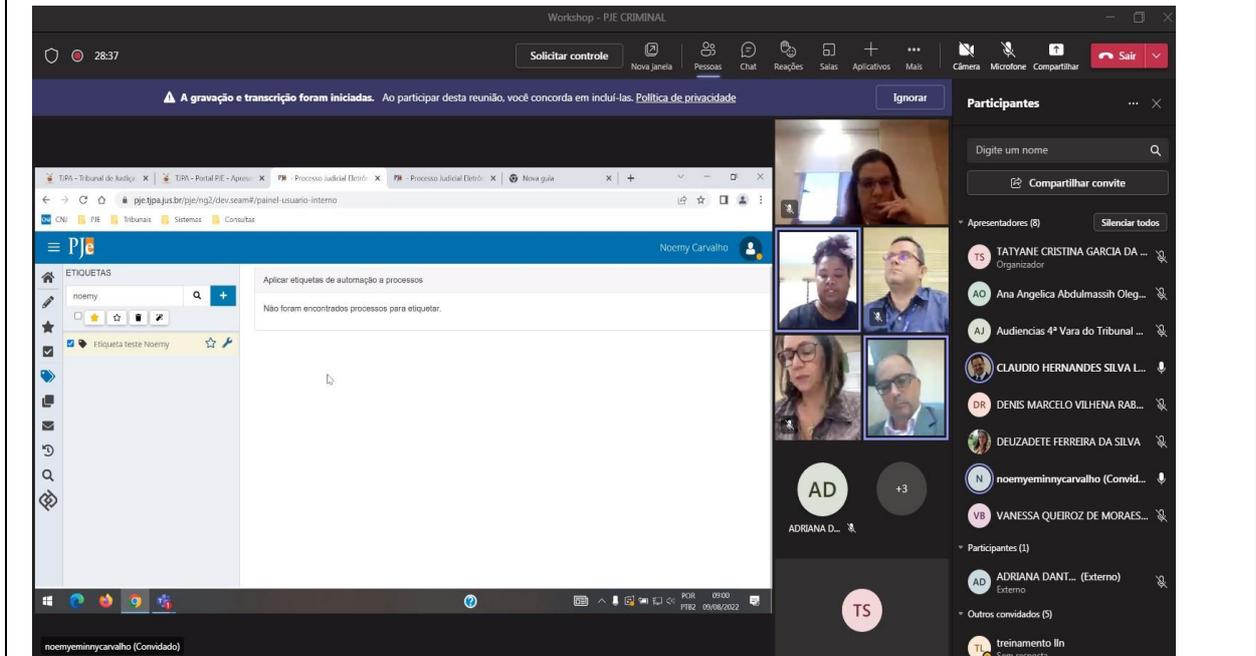
- Durante os trabalhos, os servidores mencionaram dificuldades em algumas funcionalidades do sistema PJe, razão pela qual, no dia 09/08/2022 foi realizado workshop com a servidora Noemye



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Carvalho, lotada na Secretaria de Informática do TJPA, que realizou explanação e suprimiu algumas dúvidas do magistrado e servidores da Unidade.

Workshop PJE Criminal 09/08/2022



15. CONCLUSÕES DA CORREIÇÃO:

- Concluída a correção realizada na 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém, verificou-se que o Magistrado tem ótima gestão da Unidade e que trabalha com uma equipe de servidores comprometidos na Unidade, **sugerindo-se** à Desembargadora Corregedora que determine a adoção das seguintes recomendações e providências, necessárias para pontuais ajustes na prestação jurisdicional:

1. Item 2.3 e 3.3 - Expedição de ofício ao Departamento de Patrimônio solicitando a possibilidade de atender a necessidade de cadeiras longarinas e o ar-condicionado que não funciona no Gabinete do Juízo.
2. Expedição de ofício à Secretaria de Informática do TJJA para que verifique a ocorrência relatada pela Unidade, de que alguns processos que se encontram na tarefa “*aguardando prazo*” no sistema PJE não tem migrado para outras tarefas quando do término do prazo, sendo necessária a movimentação dos autos de forma manual, prejudicando a confiabilidade da tarefa “*aguardando prazo*”. A Unidade, ainda, apresentou sugestão a ser encaminhada também à Secretaria de Informática, para que seja



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

verificada a possibilidade de criação de uma “aba” ou “tarefa” no sistema PJE para controle de processos em que há audiência designada, a fim de que tais processos não sejam computados nos índices de PP+100.

3. Item 5.3 - Registro no sistema PJE, especificamente na aba *lembrete*, as datas de prisão dos réus presos provisórios, mantendo rigoroso controle sobre a atualização das “informações criminais”.

4. Item 5.6 - Imprimam esforços para depuração dos 149 mandados de prisão pendentes de tal providência, conforme constava de consulta ao *Depurômetro* durante a correição.

5. Item 5.23 - Que procedam à atualização gradual da pasta de *agrupadores* do sistema PJE.

6. Item 5.27 - Que realizem ajuste da etiqueta referente aos processos que aguardam laudo pericial.

7. Item 5.41 - Realizar controle efetivo dos réus que cumprem medidas cautelares e assinam caderneta de frequência em Secretaria, para efetividade da medida

8. Item 5.45 - Providenciem a alimentação e constante atualização do Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, se necessário, consultando as instruções do Sistema disponíveis no Manual disponibilizado na página de acesso.

A captura de tela mostra a interface do sistema BENS APREENDIDOS. No topo, há o logo do CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA) e o título "Bens Apreendidos". Abaixo, há uma barra de navegação com links: Principal, Cadastrar, Pesquisar, Vincular, Relatórios, Contato, Manual (destacado com um retângulo vermelho), Voltar e Sair. Abaixo da barra, há uma seção "Links rápidos" com um ícone de interrogação e o texto "Dúvidas frequentes(FAQs)". Abaixo disso, há quatro ícones de documento com os textos: "Cadastrar processo", "Pesquisar processos", "Cadastrar bens" e "Pesquisar bens". Abaixo, há uma seção "Últimas alterações" com um ponto de lista.

9. Item 5.46 - Observar o que determina o Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI, alterado pelo Provimento Conjunto n. 03/2022-CGJ, devendo comunicar eventual decisão de destinação/destruição de armas de fogo à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Polícia Científica do Pará, a teor do que determina o §2º do artigo 25 do citado normativo.

10. Item 6.8 – Acesso diário ao sistema PJECOR.

11. Item 9.1 - Imprimir esforços para instrução e julgamento dos 85 (oitenta e cinco) processos que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

compõem a Meta 02 do Conselho Nacional de Justiça, cuja lista pode ser obtida no Painel de Gestão Judiciária;

12. Item 13.1 - Realizar a correição anual ordinária no período anual determinado no Provimento n. 04/2001-CGJ.

Sendo estas as observações a serem realizadas, registra-se, por fim, **o agradecimento ao magistrado Cláudio Hernandes Silva Lima, ao Diretor de Secretaria Denis Marcelo Vilhena Rabelo e a todos os servidores da Secretaria e do Gabinete da 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém** que contribuíram para os trabalhos através de esclarecimentos das atividades da Unidade, bem como quanto à atenção dispensada à equipe correcional.

É o relatório que ora submete-se à superior deliberação da Exma. Sra. Des. Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça.

Belém, 09 de agosto de 2022.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH Assinado de forma digital por ANA
OLEGARIO:7919 ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2022.10.14 09:36:03 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA GARCIA Assinado de forma digital por TATYANE
DA SILVA:66193290206 CRISTINA GARCIA DA SILVA:66193290206
Dados: 2022.10.13 15:02:39 -03'00'

Tatyane Cristina Garcia da Silva

Servidora da Corregedoria-Geral

16. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

1. Relatório de 157 bens apreendidos – sistema Libra
2. Relatório de 02 bens apreendidos – Sistema Nacional de Bens Apreendidos
3. Controle da Unidade quanto aos processos envolvendo réus presos provisórios
4. Relatório de subcontas paralisadas há mais de 3 anos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

17. ACERVO DE FOTOS:

A Exma. Sra. Dra. Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Corregedora (ao centro), ao lado do Exmo. Sr. Dr. Cláudio Hernandes Silva Lima, Juiz Titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém (à esquerda), acompanhados dos servidores da Unidade.



Balcão de atendimento da Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Visão interna da Secretaria



Sala de audiências

